

Minas Gerais lidera ranking de endividados

EMPRÉSTIMOS RUINOSOS

O total de operações ARO autorizadas pelo BC para prefeituras e governos estaduais - em R\$ mil

ESTADO	Jan/Set 94	Jan/Set 95
Acre	-	1.500
Alagoas	35.873	119.775
Amapá	-	970
Amazonas	25.535	20.043
Bahia	72.490	171.568
Ceará	4.823	18.464
Distrito Federal	-	-
Espírito Santo	14.817	72.880
Goiás	10.918	30.225
Maranhão	45.149	41.634
Mato Grosso	13.402	142.280
Mato Grosso do Sul	41.425	62.778
Minas Gerais	254.781	869.100
Pará	54.469	99.261
Paraíba	1.743	29.511
Paraná	16.288	120.341
Pernambuco	53.325	19.217
Piauí	13.924	39.155
Rio de Janeiro	10.622	64.774
Rio Grande do Norte	179	9.887
Rio Grande do Sul	68.956	233.054
Rondônia	288	71.195
Roraima	-	-
Santa Catarina	29.622	161.820
São Paulo	549.316	420.254
Sergipe	32.330	50.805
Tocantins	14.581	24.500
TOTAL	1.364.866	2.894.993

BANCOS PRIVADOS EMPRESTARAM MAIS

em R\$ mil

CREDORES	Jan/Set 94	Jan/Set 95
Bancos privados	1.160.082	2.357.590
Bancos estaduais	140.071	395.598
Bancos federais	64.712	141.805
TOTAL	1.364.866	2.894.993

GOVERNOS ESTADUAIS TOMARAM MAIS EMPRESTADO

em R\$ mil

TOMADORES	Jan/Set 94	Jan/Set 95
Governos estaduais	719.411	1.669.265
Prefeituras de capitais	338.605	265.293
Prefeituras do interior	306.849	960.435
TOTAL	1.364.866	2.894.993

Fonte: Banco Central

Até setembro, Estado tomou R\$ 869 milhões em empréstimos de antecipação de receita, mais que o dobro das operações feitas por São Paulo

MÔNICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — O setor público paulista foi o segundo que mais recorreu a operações de antecipação de receita orçamentária (ARO) nos primeiros nove meses deste ano. Segundo dados do Banco Central, R\$ 420,25 milhões foram autorizados para São Paulo, quase 15% do total aprovado para municípios e Estados de todo o País no mesmo período. O valor corresponde a empréstimos pedidos pelas prefeituras do Estado, segundo uma fonte da área econômica. O governo de São Paulo, especificamente, não fez nenhuma operação ARO.

Minas Gerais foi o único Estado a superar São Paulo em 1995 (R\$ 869,1 milhões até setembro). No total, as operações ARO de Estados e municípios em todo o País somaram R\$ 2,9 bilhões desde janeiro. O BC informa os dados por unidade da Federação, mas alega sigilo bancário para não

discriminar os valores pedidos por cada prefeitura ou governo estadual.

A facilidade com que governadores e prefeitos obtêm permissão do BC para realizar operações ARO pode ser um dos motivos de seu aumento — cresceram 112% em relação ao mesmo período do ano passado. As autorizações não dependem de uma análise da situação financeira dos Estados e municípios. O BC limita-se a calcular se os valores solicitados ultrapassam o teto estabelecido pelo Senado para esses empréstimos. Não se avalia, por exemplo, a capacidade de pagamento ou o endividamento global do tomador.

A falta de uma análise mais crite-

riosa não depende do BC. O Senado, encarregado pela Constituição de controlar o endividamento de Estados e municípios, não lhe delegou poderes para entrar no mérito dos pedidos. Se o valor está dentro dos limites da Resolução 11 do Senado, o banco é obrigado a dar autorização no máximo em cinco dias úteis. A Resolução 11 determina que o saldo das ARO não ultrapasse 15% das receitas líquidas estimadas nos orçamentos estaduais e municipais para o ano. Na maioria dos casos, este teto ainda está longe de ser atingido.

Teoricamente, o governo federal poderia tentar conter esse tipo de empréstimo, impondo limites aos bancos que concedem o crédito. A Constituição não permite que o Exe-

cutivo federal imponha limites a Estados e municípios (tarefa do Senado), mas, por outro lado, não impede que o Conselho Monetário Nacional (CMN) crie restrições na sua área de atuação, que engloba as operações do sistema fi-

nanceiro. Tentativas nesse sentido foram feitas no passado. Mas não resistiram à pressão política de governadores, prefeitos e parlamentares.

Em 1993, o governo chegou a contingenciar temporariamente as operações ARO. O CMN editou a Resolução 1.997, incluindo esses empréstimos no limite dos créditos que as instituições financeiras podem destinar ao setor público. Cerca de um mês depois, porém, outra resolução do CMN, em vigor até hoje (a 2.008), voltou a tratar as ARO como exceção, para efeitos de cálculo do limite. O contingenciamento feito a partir de 1988 ainda vigora, mas para outras modalidades de endividamento.

**BC NÃO
AVALIA
CAPACIDADE DE
PAGAMENTO**